

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 22 de agosto de 2024 • Nº 1872 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

ANTAQ

PAULO PINTO/ABRASIL



BALANÇO

Caixa lucra R\$ 3,287 bilhões no segundo trimestre; alta de 27,3%

A Caixa Econômica Federal teve lucro líquido recorrente de R\$ 3,287 bilhões no segundo trimestre deste ano, valor 27,3% superior ao do mesmo período de 2023. As informações foram divulgadas ontem, pelo banco público. A carteira de crédito somava R\$ 1,175 trilhão em junho deste ano, 10,6% acima do mesmo período do

ano passado. A carteira de crédito habitacional, mais representativa, somava R\$ 783,6 bilhões, um crescimento de 14,8% na comparação com o mesmo período de 2023. A margem financeira da Caixa foi de R\$ 15,81 bilhões no segundo trimestre, 4,1% maior do que 12 meses antes. **PÁGINA 2**

Governo arrenda cinco terminais portuários

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) leilou ontem, na B3 (Bolsa de Valores), em São Paulo, o arrendamento de cinco áreas de terminais portuários: a Rec 08, Rec 09 e a Rec 10, localizadas no Porto de Recife; a Rig 10, no Porto do Rio Grande (RS); e a Rdj 06, no Porto do Rio de Janeiro. Todas as áreas foram arrendadas com prazo de 10 anos. O leilão da Rec 08 teve apenas um interessado, a Liqueport Terminal Portuário, que venceu o certame oferecendo uma outorga de R\$ 50 mil para explorar a área. A Rec 09 recebeu propostas de dois proponentes e foi arrematada pela Usina Petribu, com outorga de R\$ 550 mil. A Rec 10 também recebeu duas ofertas e foi arrematada pela SCS Armazéns Gerais, com proposta de R\$ 3,6 milhões. Já a Rig 10 e a Rdj 06 receberam apenas uma proposta cada, respectivamente da Sagres Operações Portuárias, que ofereceu outorga de R\$ 50 mil, e da Iconic Lubrificantes, com oferta de R\$ 500 mil. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (foto), disse, após o certame, que o governo pretende realizar, nos próximos 2 anos, mais 30 leilões do setor, resultando em cerca de R\$ 15 bilhões em investimentos. **PÁGINA 2**

ATÉ 2028



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Setor de celulose anuncia investimentos de R\$ 105 bi

O setor de celulose e papel anunciou, ontem, investimentos de R\$ 105 bilhões até 2028. A cifra foi confirmada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin (foto). O foco dos recursos será a abertura de novas fábricas. O anúncio ocorreu no período da tarde, durante reunião com representantes da indústria de papel e celulose e o presidente da Repú-

blica, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. De acordo com o presidente da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), Paulo Hartung (foto), uma fábrica em Ribas do Rio Pardo, em Mato Grosso do Sul, já está em processo de construção e deve ser inaugurada até o final do ano. "Isso se soma a um conjunto de outros investimentos de modernização de plantas industriais Brasil a fora", afirmou Hartung. **PÁGINA 3**

PROTESTO

Estudantes voltam a ocupar prédio principal da Uerj

Estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) voltam a ocupar o Pavilhão João Lyra Filho, prédio principal do campus Maracanã. Eles protestam contra mudanças nas regras para a concessão de bolsas e auxílios de assistência estudantil que excluem mais de 1 mil estudantes de benefícios. As atividades acadêmicas e administrativas no Pavilhão foram suspensas ontem. A ocupação do edifício ocorreu na noite desta terça-feira passada. **PÁGINA 6**

PROTEÇÃO AMBIENTAL



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

Chefes dos Poderes assinam pacto sobre transformação

Para alinhar ações de proteção ambiental, em meio ao agravamento das mudanças climáticas, os chefes dos Três Poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário - assinaram ontem, em Brasília, o Pacto do Estado Brasileiro sobre Transformação Ecológica. O evento reuniu, no Planalto, o presidente da Luiz Inácio Lula da Silva (foto), e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco; da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e Luís Roberto Barroso, presidente do STF, e autoridades. **PÁGINA 5**

INDICADORES

| IBOVESPA: 0,28% / 136.463,65 / 376,24 / Volume: R\$ 21.475.975.787 / Negócios: 3.717.843 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------|--------|---------------|------------------|--------|----------------|-------|------------------|-----------------|--------|----------------|------------------|------------|-------|--------------|--------|--------|
| Mais Negociados | | | Maiores Altas | | | Maiores Baixas | | | Bolsas no mundo | | Salário mínimo | | IGP-M | | EURO turismo | | |
| Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | Preço | % | R\$ | | | | Compra: | Venda: | |
| AMERICANAS ON NM | 0,08 | -11,11 | -0,01 | PRINER ON NM | 14,25 | +15,76 | +1,94 | AMERICANAS ON NM | 0,08 | -11,11 | -0,01 | Dow Jones | 40.890,49 | +0,14 | 0,61% (jul.) | 6,1812 | 6,3612 |
| CVC BRASIL ON NM | 2,30 | +12,75 | +0,26 | CVC BRASIL ON NM | 2,30 | +12,75 | +0,26 | AMERICANAS ON NM | 0,08 | -11,11 | -0,01 | NASDAQ Composite | 17.918,986 | +0,57 | 0,38% (jul.) | 5,4707 | +0,29% |
| COGNA ON ON ATZ NM | 1,39 | -2,11 | -0,03 | INEPAR PN | 2,29 | +9,05 | +0,19 | TC ON NM | 3,730 | -10,12 | -0,420 | CAC 40 | 7.524,72 | +0,52 | 10,50% | 5,4804 | 5,4810 |
| B3 ON NM | 12,96 | +0,47 | +0,06 | RENOVA PN N2 | 1,04 | +8,33 | +0,08 | COSERN PNA | 15,00 | -9,42 | -1,56 | FTSE 100 | 8.283,43 | +0,12 | 0,0745% | 5,4804 | 5,4810 |
| HAPVIDA ON NM | 4,56 | 0,00 | 0,00 | NEOGRID ON NM | 1,29 | +7,50 | +0,09 | INFRACOMM ON NM | 0,200 | -9,09 | -0,020 | DAX | 18.448,95 | +0,51 | 0,5749% | 6,1111 | 6,1117 |
| | | | | | | | | ACO ALTONA ON | 13,05 | -8,16 | -1,16 | Ftse Mib | 33.312,41 | +0,72 | | 5,5104 | 5,6904 |

MERCADOS



Sinal de corte de juros do Fed mantém Bolsa em nível recorde

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) emendou ontem, a terceira alta, e a terceira máxima histórica em sequência, no fechamento, tendo alcançado também novo recorde durante a sessão, na casa dos 137 mil pontos - em renovação de pico histórico intradiário desde a última quinta-feira.

Nesta quarta-feira de atenção concentrada na ata da mais recente reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed), o banco central norte-americano, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou dos 136.085,84 aos 137.039,54, saindo de abertura aos 136.088,18 pontos. No fechamento, mostrava alta de 0,28%, aos 136.463,65 pontos, com giro a R\$ 21,3 bilhões na sessão. Na semana, o Ibovespa avança 1,87%, elevando o ganho do mês a 6,9% e o do ano a 1,7%.

No mês de agosto, até o momento, houve entrada de R\$ 7,698 bilhões em fluxo estrangeiro, resultado de compras acumuladas de R\$ 211,138 bilhões e vendas de R\$ 203,441 bilhões. No ano, o capital externo ainda está negativo em R\$ 28,872 bilhões. No dia 19, quando o Ibovespa fechou então em máxima histórica a 135.777,98 pontos com alta de 1,36%, e o giro financeiro foi a R\$ 25,5 bilhões, os investidores estrangeiros ingressaram com R\$ 1,281 bilhão na Bolsa.

Na B3, a alta desta quarta-feira foi impulsionada pelo setor metálico em dia de recuperação de preços para o minério de ferro na Ásia, o que resultou em avanço de 1,92% para Vale ON e de até 3,83% (Gerdau PN) para as siderúrgicas. Em Dalian, na China, o

contrato mais negociado do minério, para janeiro de 2025, subiu 4,58%, para nível correspondente a US\$ 104 por tonelada. E, em Cingapura, a alta foi de 3%, com o principal contrato ainda abaixo de US\$ 100, a US\$ 98,30 por tonelada.

O dinamismo proporcionado pelo segmento compensou o efeito mais uma vez negativo de Petrobras (ON -0,88%, PN -0,6%, em dia de baixa acima de 1% para o Brent e o WTI) - e, hoje, de moderada retração entre os grandes bancos (Itaú PN -0,40%, Bradesco PN -0,45%). Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque para CVC (+12,75%), Petz (+7,07%) e Gerdau. No lado oposto, Assai (-3,42%), Dexco (-2,29%) e Cogna (-2,11%).

DÓLAR

Após troca de sinais ao longo da tarde, marcada pela divulgação da ata do Federal Reserve (Fed), o dólar à vista encerrou a sessão de ontem, praticamente estável. A formação da taxa de câmbio se deu sobre forças opostas vindas do exterior, o que trouxe instabilidade ao mercado doméstico de câmbio.

No início da tarde, o dólar chegou a operar em alta moderada e romper o teto técnico e psicológico de R\$ 5,50, com máxima a R\$ 5,5102.

Embora não tenha conseguido se aproximar da mínima na casa de R\$ 5,45 vista pela manhã, o dólar se firmou em terreno negativo. Nos minutos finais da sessão, quase zerou as perdas, fechando R\$ 5,4821 (-0,02%). Na semana, a divisa ainda apresenta valorização (+0,26%). No mês, as perdas são de 3,06%.

BALANÇO

Caixa tem lucro de R\$ 3,287 bi no segundo trimestre; alta de 27,3%

MATHEUS PIOVESANA E CÍCERO COTRIM/AE

A Caixa Econômica Federal teve lucro líquido recorrente de R\$ 3,287 bilhões no segundo trimestre deste ano, valor 27,3% superior ao do mesmo período de 2023. As informações foram divulgadas ontem, pelo banco público.

A carteira de crédito somava R\$ 1,175 trilhão em junho deste ano, 10,6% acima do mesmo período do ano passado. A carteira de crédito habitacional, mais representativa, somava R\$ 783,6 bilhões, um crescimento de 14,8% na comparação com o mesmo período de 2023.

A margem financeira da Caixa foi de R\$ 15,81 bilhões no segundo trimestre, 4,1% maior do que 12 meses antes. "O aumento em 12 meses foi impactado principalmente pela redução de 17,7% nas despesas com recursos de instituições financeiras e oficiais no item compromissadas", informou o banco.

O banco público obteve R\$ 6,755 bilhões em receita de prestação de serviços e tarifas

bancárias, um crescimento de 6,5% na comparação com o segundo trimestre de 2023. "O crescimento em 12 meses foi consequência dos aumentos de 15,2% em receitas de produtos de seguridade, 10,8% em serviços de operações de crédito, 9% em receitas com cartões e 6,6% em fundos de investimentos", diz o relatório.

A Caixa informou ainda que as despesas administrativas somaram R\$ 10,769 bilhões no segundo trimestre, alta de 9,3% em um ano. As despesas de pessoal totalizaram R\$ 7,3 bilhões, crescendo 7,1% frente ao mesmo trimestre de 2023. As outras despesas administrativas avançaram a R\$ 3,5 bilhões, alta de 14,1% no mesmo período.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) recorrente atingiu 9,54%, alta de 1,78 ponto percentual frente ao segundo trimestre de 2023. O PL da Caixa somava R\$ 135,524 bilhões, alta de 11,2% em relação a junho de 2023. Os ativos somavam R\$ 1,911 trilhão, alta de 10,7% em um ano.

ANTAQ

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) leiloou ontem, na B3 (Bolsa de Valores), em São Paulo, o arrendamento de cinco áreas de terminais portuários: a Rec 08, Rec 09 e a Rec 10, localizadas no Porto de Recife; a Rig 10, no Porto do Rio Grande (RS); e a Rdj 06, no Porto do Rio de Janeiro.

Todas as áreas foram arrendadas com prazo de 10 anos. O leilão da Rec 08 teve apenas um interessado, a Liquiport Terminal Portuário, que venceu o certame oferecendo uma outorga

de R\$ 50 mil para explorar a área. A Rec 09 recebeu propostas de dois proponentes e foi arrematada pela Usina Petribu, com outorga de R\$ 550 mil.

A Rec 10 também recebeu duas ofertas e foi arrematada pela SCS Armazéns Gerais, com proposta de R\$ 3,6 milhões. Já a Rig 10 e a Rdj 06 receberam apenas uma proposta cada, respectivamente da Sagres Operações Portuárias, que ofereceu outorga de R\$ 50 mil, e da Iconic Lubrificantes, com oferta de R\$ 500 mil.

A Rec 08 é destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais e deverá receber investimentos de R\$

50,9 milhões do proponente vencedor. Para a Rec 09, que é dedicada à movimentação e armazenagem de granel sólido e carga geral, especialmente arroz, a previsão é de investimentos de R\$ 2,2 milhões.

A Rdj 06, que armazena e movimentará carga geral líquida, deverá receber investimentos de R\$ 10,1 milhões. O terminal Rec 10 que vai movimentar e armazenar grãos sólidos e cargas gerais, deverá ter R\$ 2,9 milhões em investimentos. Para o Rig 10 a expectativa é de investimentos de R\$ 7,8 milhões. O terminal movimentará e armazenará carga geral.

O ministro de Portos e Aero-

portos, Silvio Costa Filho, disse, após o certame, que o governo pretende realizar, nos próximos 2 anos, mais 30 leilões do setor, resultando em cerca de R\$ 15 bilhões em investimentos.

"Esse é um setor que vem crescendo muito no Brasil. No ano passado, nós tivemos um crescimento de 6%. Este ano, no primeiro semestre, já crescemos mais de 4%. Só no setor de containers, houve um crescimento em torno de 22%, o que mostra o fortalecimento da agenda portuária brasileira. A gente espera que em 2024 o setor portuário nacional possa crescer em torno de 6% ou acima disso", disse.

CORTE ESPECIAL

STJ mantém Selic como taxa padrão para correção de dívidas

CAROLINA MAINGUÉ PIRES/AE

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve o resultado de um julgamento no qual ficou decidido que a taxa Selic é a taxa padrão para correção de dívidas civis. No dia 6 de março, os ministros deram provimento, por 6 a 5, a um re-

curso da Expresso Itamarati que tratava do assunto.

O relator Luís Felipe Salomão, contudo, havia suscitado três questões de ordem para declarar a nulidade do julgamento. Por isso, o ministro Mauro Campbell Marques pediu vista.

Ontem Salomão se manifestou e disse que uma lei sancio-

nada pelo governo no início de julho resolve alguns questionamentos em relação à aplicabilidade da Selic que teriam suscitado as questões de ordem.

Segundo advogados ouvidos pelo Broad Legal, a lei justamente reforçou o entendimento do STJ.

As preocupações do ministro

Salomão tinham relação com a definição do método de utilização dos fatores diários da Selic e com a aplicação nos casos em que o termo inicial dos juros de mora antecede o da correção monetária.

Diante da fala do magistrado, o resultado do julgamento de março foi ratificado.

NOVO PRESIDENTE

Haddad diz que indicações ao BC em agosto dependem de decisão de Lula

SOFIA AGUIAR, IANDER PORCELLA E CAIO SPECHOTO/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a previsão para que as indicações para o Banco Central sejam feitas em agosto depende de uma decisão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O ministro disse que irá se reunir com o chefe do Executivo para saber o resultado da conversa entre ele e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre o tema.

As declarações ocorreram no período da tarde desta quarta-feira, após cerimônia de assinatura do Pacto pela Transforma-

ção Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro, no Palácio do Planalto. Segundo o ministro, Lula ficou de falar com Pacheco sobre as indicações para o BC.

O encontro entre o Lula e o senador ocorreu na terça-feira. "Vou saber do resultado da conversa", disse Haddad a jornalistas.

O governo vê uma brecha para votar os indicados nas próximas semanas, diante do esforço concentrado de votação que o Congresso deve fazer no início de setembro, antes das eleições municipais.

O Executivo precisa entregar o nome do substituto do presi-

dente do BC, Roberto Campos Neto, e de dois diretores, cujos mandatos expiram no fim deste ano. Ao que tudo indica, o diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, deve ser o sucessor de Campos Neto. O nome do diretor ainda não está batido por Lula, mas seu favoritismo vem sendo intensificado.

Caso Galípolo seja o indicado para a presidência da instituição, o governo terá que nomear mais um diretor para a vaga deixada por ele. As indicações, contudo, não precisam necessariamente caminhar juntas.

Diante dessa avaliação, o chefe do Executivo federal pretende definir o novo nome à presiden-

cia do banco ainda em agosto, mas quer alinhar com Pacheco para evitar que haja desgaste ao indicado enquanto aguarda a sabatina. Em meio a esta procura por uma janela, fontes da equipe econômica informaram ao Broadcast que ainda não há decisão sobre os novos integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) e que convites sequer foram feitos.

DESONERAÇÃO

Na declaração desta quarta-feira, Haddad avaliou que, após o acordo firmado na terça sobre as emendas parlamentares, a votação da desoneração deve avançar.

FECOMERCIO SP

Índice de estoques cresce 0,3% em agosto na comparação com julho

DANIEL TOZZI MENDES/AE

O índice de adequação dos estoques (IE) na cidade de São Paulo cresceu 0,3% na passagem de julho para agosto, informou a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Foi a primeira alta do indicador após três leituras consecutivas de queda. Na

comparação com agosto de 2023, porém, o índice de estoques caiu 1,2%.

Em agosto, a proporção de empresários que consideram ter uma situação adequada passou de 55,8% para 56%. Entre os que veem os estoques acima do adequado a proporção passou de 23,4% para 24,3%, enquanto os empresários que consideram os ter estoques abaixo do adequa-

do a proporção passou de 20,6% para 19,6% no período.

PORTE

Entre as grandes empresas, a proporção dos que veem estoques adequados passou de 69,6% em julho para 70,5% em agosto. As empresas desse porte com estoque acima do adequado subiu de 15,2% para 18,9%, enquanto as com estoque

aquém do adequado caiu de 15,2% para 10,5%.

Nas pequenas empresas, a proporção dos que veem estoques adequados cresceu de 55,5% para 55,7%. As empresas desse porte com estoque acima do adequado subiu de 23,5% para 24,4%, enquanto as que consideram estoque abaixo do adequado caiu de 20,7% para 19,8%.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

Até 2028

Setor de celulose anuncia investimentos de R\$ 105 bi

SOFIA AGUIAR/AE

O setor de celulose e papel anunciou, ontem, investimentos de R\$ 105 bilhões até 2028. A cifra foi confirmada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin. O foco dos recursos será a

abertura de novas fábricas.

O anúncio ocorreu no período da tarde, durante reunião com representantes da indústria de papel e celulose e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto.

De acordo com o presidente da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), Paulo Hartung, uma

fábrica em Ribas do Rio Pardo, em Mato Grosso do Sul, já está em processo de construção e deve ser inaugurada até o final do ano.

"Isso se soma a um conjunto de outros investimentos de modernização de plantas industriais Brasil a fora", afirmou Hartung.

O empresário disse ter levado

um mapa do País para Lula mostrando os locais que serão feitos os investimentos. "São investimentos feitos em regiões via de regra, com baixíssimo dinamismo econômico, e as florestas cultivadas estão sendo implementadas no Brasil nos últimos anos, basicamente substituindo pastagem produtiva", comentou.

FITCH

PIB da América Latina desacelerará a 1,4% em 2024, contra 2,2% em 2023

GABRIEL TASSI LARA/AE

A maioria das economias latino-americanas crescerá em 2024, afirma a Fitch Ratings, que espera contração apenas para a Argentina. Mesmo assim, a alta do Produto Interno Bruto (PIB) da

região desacelerará para 1,4% neste ano, contra 2,2% em 2023. Este seria o pior desempenho entre mercados emergentes, diz a agência de classificação de risco.

Segundo a Fitch, os riscos fiscais para a América Latina estão aumentando, "pois os déficits

amplamente fracos do primeiro semestre implicam que nossas previsões fiscais podem se deteriorar para 2024 e além", afirma, ao prever que os déficits permanecerão acima dos níveis de estabilização da dívida na maioria dos países.

O déficit médio dos países da

América Latina para 2024 é de 1,5% do PIB em 2024, uma aceleração em comparação aos 1,4% de 2023, prevê a instituição. Mesmo assim, a Fitch destaca que os amortecedores externos e as opções de financiamento são, em sua maioria, sólidos na região.

SERTÃO VIVO

Ceará assina com BNDES acordo para melhorar acesso a água

ALANA GANDRA/ABRASIL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o governo do Ceará assinaram ontem, na sede da instituição, no Rio de Janeiro, contrato da iniciativa Sertão Vivo, no valor de R\$ 251,6 milhões. Os recursos beneficiarão 63 mil famílias de agricultores familiares de 72 municípios cearenses que apresentam vulnerabilidade social, climática, hídrica ou alimentar.

A iniciativa Sertão Vivo visa melhorar o acesso a água na produção rural e implantar Sistemas Produtivos Resilientes ao Clima. É uma parceria do BNDES com o Fundo Interna-

cional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), da Organização das Nações Unidas (ONU), para projetos no semiárido nordestino. No total, serão destinados R\$ 1,8 bilhão para municípios de todos os estados do Nordeste, beneficiando quase 500 mil famílias, ou cerca de 2 milhões de pessoas.

A diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello, destacou que o Ceará é o primeiro dos nove estados do Nordeste que assina um contrato do Sertão Vivo. "São R\$ 250 milhões, chegando a 250 mil pessoas no rural cearense. Um projeto que vai ser referência também para o mundo, gerando resiliência climática, aumentando a produ-

ção de alimentos, enfrentando a pobreza, enfrentando a crise climática", afirmou.

RECURSOS

Os recursos para o projeto são compostos de uma parcela reembolsável (financiamento) e outra não reembolsável (sem pagamento). No Ceará, do total aprovado pela iniciativa Sertão Vivo, R\$ 212 milhões são em forma de financiamento ao estado e os R\$ 39,6 milhões restantes não precisarão ser pagos. Segundo informou o BNDES, por meio de sua assessoria de imprensa, os recursos permitirão implantar sistemas de produção aderentes ao clima, como quintais

produtivos e sistemas agroflorestais com espécies nativas da caatinga, adaptadas ao semiárido, além de construir reservatórios de água para uso na lavoura, entre os quais cisternas-calçadão, barreiros trincheira e barragens subterâneas.

As ações estão alinhadas às diretrizes do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Ceará e ao seu planejamento de longo prazo (Ceará 2050), cujos eixos e programas enfatizam a redução da pobreza rural, o acesso à água, a elevação do padrão de vida dos agricultores familiares, a inclusão socioeconômica e a sustentabilidade ambiental.

ENERGIA

ONS recomenda uso de térmicas para compensar falta de chuvas no Norte

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

O acionamento de termelétricas a gás natural e a redução do uso de usinas hidrelétricas do Norte, para preservar os recursos hídricos da região, são medidas preventivas recomendadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar problemas de abastecimento no país, especialmente nos horários de pico de consumo de energia. Por causa das chuvas abaixo do esperado, o órgão registrou uma queda na disponibilidade de recursos hídricos, especialmente na Região Norte.

Segundo o ONS, há alguns meses o volume de água que chega ao reservatório das usinas hidrelétricas e que pode ser transformado em energia está abaixo da média histórica. "Dessa forma, para os períodos do dia de maior consumo de carga, que acontece à noite, especialmente, para os meses de outubro e novembro, o cenário exige a adoção de medidas operativas adicionais e de caráter preventivo", diz o ONS. As recomendações foram apresentadas na última reunião do Comitê de

Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), realizada no início do mês.

Apesar das recomendações, o ONS afirma que não há qualquer problema de atendimento energético e que o Sistema Interligado Nacional (SIN) dispõe de recursos suficientes para atender à demanda por energia. Atualmente, o nível de Energia de Armazenamento (EAR) dos reservatórios do Subsistema Norte está em 80,96%. No mesmo período do ano passado, a EAR do subsistema estava em 85,6%, segundo dados do ONS.

No fim de julho, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estabeleceu bandeira tarifária verde para agosto, devido às condições favoráveis para a geração de energia elétrica no país. Segundo a Aneel, o volume de chuvas na Região Sul em julho contribuiu para a definição da bandeira verde em agosto.

ENERGIA SOLAR

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nivalde de Castro, explica que a

preocupação do ONS também está relacionada com a queda da produção de energia solar no fim do dia, o que acaba impactando na geração elétrica total do país.

"O problema é muito pontual, é só na hora que escurece porque quando escurece toda a produção elétrica baseada na energia solar para, e aí é preciso complementar essa saída com uma outra fonte, o que normalmente tem sido feito pelas usinas hidrelétricas, usando seus reservatórios. Só que, como a gente está no período seco, as usinas hidrelétricas, normalmente no Norte, não têm reservatório para cobrir essa queda."

Para o especialista, apesar de ser um problema conjuntural, a expansão das usinas solares no país pode fazer com que se torne

um problema estrutural. "É um problema conjuntural, mas que vai se transformar num problema estrutural, porque cada vez tem mais energia solar entrando e os reservatórios não estão crescendo, notadamente nesse período seco. Quando voltar a chover, lá para outubro, novembro, e se chover dentro da média, essa situação conjuntural vai ser solucionada, mas a cada ano esse problema vai se repetir porque cada vez tem mais usina solar entrando", diz.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o Brasil chegou a 39 gigawatts de potência instalada de energia fotovoltaica neste ano. Só em 2023, a geração de energia solar aumentou 4.070,9 MW com a entrada em operação de 104 centrais fotovoltaicas, 39,51% de acréscimo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

CONCESSÃO DE LICENÇA

FERSO INDUSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA – CNPJ: 50.287.863/0001-60, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal – SMMAPA a Licença de Instalação de nº 033/2024, emitida em 20 de agosto de 2024. Esta licença é válida até 20 de agosto de 2026. Autoriza a instalação para fabricação de cosméticos e produtos de perfumaria, numa área de 531,25 m², localizado na Rua Dinamarca, s/n, Quadra 28, Lote 04, Bairro Parque Paulista, 3º Distrito do Município de Duque de Caxias – RJ, referente ao processo nº 019/000093/2024.

SECONCI RIO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

DA CONSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Rua Pará, 141 – Praça da Bandeira CEP 20271-280 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 2101-2555 - C.N.P.J.: 32.243.420/0001-95

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES

Na forma do disposto do Artigo 44º do Estatuto Social são convocados seus sócios contribuintes, em dia com suas obrigações sociais, para a eleição de novos membros da Diretoria e Conselho Fiscal para o período de outubro/2024 a setembro/2026, a ser realizada na sede do SECONCI-RIO, à Rua Pará, 141 – Praça da Bandeira/RJ, no dia 24 de setembro de 2024, das 9h às 17h. A secretaria da entidade acolherá até às 17h do dia 05 de setembro de 2024 o requerimento para registro de chapa, assinado por qualquer dos candidatos que integrem, na forma estabelecida nos Artigos 47º e Parágrafo Único do Estatuto Social, e até às 17h do dia 12 de setembro de 2024 eventuais pedidos de impugnação de candidatos.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2024

Rodrigo Goytacaz Cavalheiro

Presidente

MRS LOGÍSTICA S/A

CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os acionistas da MRS LOGÍSTICA S.A. ("Companhia") convocados, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 20 de setembro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital ("Assembleia"), nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria: **Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária:** i. Eleição de 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao ex-Conselheiro Sr. Alejandro Daniel Laiño, para exercer o cargo até o final do mandato do membro substituído. **Instruções Gerais:** Os documentos pertinentes à matéria incluída na ordem do dia estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, situada na Praia de Botafogo, nº 228, sala 707, Botafogo, Rio de Janeiro, e também no sítio eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.mrs.com.br). Para participar da Assembleia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) **Pessoas Físicas:** Documento de identidade e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais ou em custódia, expedido nos 30 (trinta) dias úteis anteriores à realização da Assembleia pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia; b) **Pessoa Jurídica:** Cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que, em caso de participação por procuração com poderes especiais, a firma do outorgante deverá estar reconhecida); documento de identificação do(s) representante(s) legal(is), e comprovante de sua condição de titular de ações escriturais ou em custódia, expedido nos 30 (trinta) dias úteis anteriores à realização da Assembleia pelo Banco Bradesco S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia; c) **Procuradores:** O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por meio de seus representantes legais ou de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" e "b" acima, conforme o caso, deverá apresentar mandato com poderes especiais e firma reconhecida, além do documento de identidade e CPF do procurador. d) **Acionistas estrangeiros:** Os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" e "b", conforme o caso, sendo que estes devem ser notariados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem (ou apostilados) e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto nesta Assembleia (i) por meio de participação remota via plataforma digital no momento de realização da Assembleia, conforme orientações de credenciamento e participação a serem oportunamente informadas ou (ii) à distância, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 13 de setembro de 2024 (inclusive), do boletim de voto à distância ("Boletim"), disponibilizado nesta data. O acionista poderá enviar o boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, Banco Bradesco S.A.; ou 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do boletim podem ser verificados no próprio boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos indicados neste Edital e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 18 de setembro de 2024 às 14:00 horas (2 (dois) dias antes da realização da Assembleia), nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, mediante envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: age@mrs.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital e não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. A participação via plataforma digital estará restrita aos acionistas, seus representantes ou procuradores, conforme o caso, que se credenciarem nos termos indicados pela Companhia, e que ingressarem no sistema até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar da Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.mrs.com.br>

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2024.

Marcelo Leite Barros - Presidente do Conselho de Administração

Rio Casca Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.597.979/0001-00 – NIRE 33.300.332.545

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 19 de agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 19 de agosto de 2024, às 09:00 h, na sede social da Rio Casca Energética S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.775-028. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia:** (i) aprovar a redução de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, com a consequente alteração do disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (ii) alterar o prazo de gestão dos membros da diretoria; e (iii) alterar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir eventuais deliberações decorrentes desta assembleia. **5. Deliberações:** Os senhores acionistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovaram a redução do capital social da Companhia em **R\$ 27.081.855,00** (vinte e sete milhões, oitenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais), por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de R\$ 2.143.463.564,09 (dois bilhões, cento e quarenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e nove centavos) para R\$ 2.116.381.709,09 (dois bilhões, cento e dezessete milhões, trezentos e oitenta e um mil, setecentos e nove reais e nove centavos). **5.1.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social da Companhia não têm valor nominal, aprovar que a redução de capital será efetivada sem o respectivo cancelamento de ações, passando o artigo 5º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.116.381.709,09 (dois bilhões, cento e dezessete milhões, trezentos e oitenta e um mil, setecentos e nove reais e nove centavos), dividido em 45.104.090.614 (quarenta e cinco bilhões, cento e quatro milhões, noventa mil, seiscentas e quatorze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 5.1.2.** Consignar que o valor da redução de capital acima aprovada será pago aos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

| Acionistas | Qtde de Ações Ordinárias | % | Montante Reduzido (em R\$) |
|---|--------------------------|--------------|----------------------------|
| Power IV Fundo de Investimento em Participações | 45.104.090.613 | 99,999999998 | 27.081.854.999 |
| Duas Lagoas Energética S.A. | 1 | 0,000000002 | 0,001 |
| Total | 45.104.090.614 | 100 | 27.081.855,00 |

5.1.3. Registrar que o acionista **Duas Lagoas Energética S.A.** manifestou sua renúncia à parcela dos dividendos que lhe cabe em favor da acionista **Power IV Fundo de Investimento em Participações. 5.1.4.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contado da publicação desta ata no **Jornal Diário do Acionista**, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.** Resolvem aprovar a alteração do prazo de gestão dos membros da Diretoria da Companhia, de 01 (um) ano para 2 (dois) anos. **5.2.1.** Em razão da deliberação acima, resolve alterar o artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 14. A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente. 1 (um) Diretor Vice-Presidente e os demais Diretores sem designação específica, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. 5.2.2.** Consignar que os diretores eleitos e/ou reeleitos na última Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária, possuem prazo de gestão de 2 (dois) anos, contados a partir da sua eleição e/ou reeleição. **5.3.** Resolvem consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do "Anexo I". **6. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pela(s) acionista(s) e pelos integrantes da mesa que a presidiram. Rio de Janeiro, RJ, 19 de agosto de 2024. Mesa: **Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente; Guilherme Braga Lacerda – Secretário. Acionistas: Power IV Fundo de Investimento em Participações** (por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.) (representada por Fernando Mano da Silva e João Pagano de Carvalho); **Duas Lagoas Energética S.A.** (representada por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e Fernando Mano da Silva).



Nota

SÃO PAULO FAZ MUTIRÃO PARA ATUALIZAÇÃO DO CADÚNICO

A prefeitura de São Paulo realiza, no próximo domingo, na zona norte da capital, a continuidade do mutirão para atualização do Cadastro Único (CadÚnico) das famílias de baixa renda. A ação vai ocorrer em 11 pontos da região: sete unidades do Descomplica SP e sete do Centro Educacional Unificado (CEU), das 8h às 16h. Não há necessidade de agendamento prévio. Para fazer o cadastro e atualização do CadÚnico é preciso apresentar os documentos de todas as pessoas da família, como RG, CPF e comprovante de residência. Declaração de matrículas escolares de crianças e adolescentes não são itens obrigatórios, mas ajudam no momento do atendimento, que será prioritário às famílias que não atualizam o Cadastro Único há mais de um ano. Se a pessoa já atualizou o cadastro em 2023 ou em 2024, ainda está valendo. O atendimento será feito nos postos do DescomplicaSP, na Casa Verde, Avenida Ordem e Progresso, 1.001; na Freguesia do Ó/Brasilândia, Avenida João Marcelino Branco, 95; no Jaçanã/Tremembé, na avenida Luis Stamatis, 300; em Santana/Tucuruvi, Avenida Tucuruvi, 808; na Vila Maria/Vila Guilherme, na rua General Mendes, 111; e em Perus.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) E 2ª (SEGUNDA) SÉRIES DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 36ª (trigésima sexta) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em duas séries, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12.5 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 9 de setembro de 2024, às 15 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A alteração do Anexo VII ao Termo de Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da 1ª (Primeira) Emissão da SPE SP Terminais Noroeste S.A. ("Termo de Emissão de Notas Comerciais"), referente ao "Cronograma Físico Financeiro", mediante aditamento, de modo a substituí-lo nos termos do Anexo A a este edital; (ii) A autorização para que a Securitizadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Especial será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Especial, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando quórum de 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, conforme estabelecido na Cláusula 12.10 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail fiduciario@comcor.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Especial. (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de prolação e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Especial por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Especial serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Especial, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Securizadora"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que estiver de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Especial deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Especial: (i) quando pessoa física, documento de identificação (RG) ou documento de pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documento que comprove a representação do Titular de CRI; e (ii) quando for representado por procurador, procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia Especial, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Especial, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário e da Securitizadora. Anexo A - 1ª SÉRIE: <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/23b1476702>; 2ª SÉRIE: <https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/23c0003601>. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 20 de agosto de 2024.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Amanda Regina Martins Ribeiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - Securitizadora S1

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 29ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 10 de setembro de 2024, às 15:00 (quinze) horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de Titulares que representem no mínimo, dois terços do valor global dos CRI em Circulação para fins de instalação em primeira convocação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas pelos Titulares dos CRI que representem a maioria dos presentes. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Autorizar, ou não, a formalização, pela Securitizadora, da Carta de Anuência, anuindo o pedido de Retificação da Área e Georreferenciamento, conforme consta no item 11 da Nota de exigência - Protocolo nº 84356 ("Nota de Exigência"). Ressalta-se que o referido protocolo encontra-se atualmente vencido, sendo necessário realizar um novo protocolo que estará sujeito, novamente, à análise do cartório competente; (ii) Em razão do descumprimento do waiver concedido no âmbito da Assembleia Geral de Titulares do CRI, realizada em 12 de dezembro de 2023 ("AGT 12/12/23"), autorizar, ou não, a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, item (i) do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado entre Ita Power Engenharia SPE LTDA ("Ita"), Canal Companhia de Securitização ("Cessionária"), Susten Energia S.A ("Susten"), Cooperativa de Consumidores de Energia Power Green LTDA, ("Cooperativa"), e Arcos Power Engenharia SPE LTDA ("Arcos") ("Cessão Ita"), e do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado entre Arcos, Cessionária, Susten, Cooperativa e Ita ("Cessão Arcos"), em virtude dos seguintes descumprimentos: (a) Datas de Entrega das UFVs dispostas na Seção II do Quadro Resumo dos Instrumentos Contratuais da Operação não foram cumpridas nos prazos estabelecidos na Modalidade Aditiva e Outras Avenças c/c o Anexo II - Projeto Executivo e Cronograma Físico Financeiro das Obras, formalizados entre a Ita Power Engenharia SPE Ltda. e a Arcos Power Engenharia SPE Ltda., com a Cooperativa de Consumidores de Energia Power Green Ltda., tendo como Fidora a Susten Energia S.A.; (b) Comprovação à Securitizadora a devida formalização de pelo menos 50% (cinquenta por cento) de comercialização da capacidade total da(s) Usina(s) até 21/01/2024, conforme Cláusula 6.1. (xvi) da Cessão Arcos e Cessão Ita; e (c) recomposição do Fundo de Liquidez, acrescido dos Encargos Moratórios, conforme utilizado para pagamento da parcela de remuneração mensal dos CRI, devida nos dias 24/04/2024, 27/05/2024, 25/06/2024 e 25/07/2024, sendo certo que na presente data o saldo mantido seja o valor mínimo do Fundo de Liquidez e acrescidos da parcela da remuneração e amortização vincenda; (iii) Autorizar, ou não, a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, (i) da Cessão Ita e da Cessão Arcos, em virtude do descumprimento da obrigação de entrega dos Relatórios de Medição, elaborados pelo Agente de Medição, contratado pelo Ita e às expensas do Cedente; (vii) Caso aprovada a não Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos do item (vi) da Ordem do Dia, autorizar a concessão de prazo adicional de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da deliberação desta assembleia para envio do primeiro Relatório de Medição ("Primeiro Relatório") e até 30 (trinta) dias para entrega do segundo Relatório de Medição ("Segundo Relatório"); (viii) Autorizar, ou não, a Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, subitem (ii) da Cessão Ita e da Cessão Arcos, em virtude do descumprimento de obrigação pecuniária relativa à recomposição do Fundo de Despesas, Fundo de Liquidez e Fundo de Obra, após notificação enviada pela Emissora em 07 de agosto de 2024 e não sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, conforme Cláusula 5.8.4 da Cessão Ita e da Cessão Arcos; (ix) Caso aprovada a não Recompra Compulsória no item (viii) acima, aprovar o prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados da data da assembleia, para as Cedentes recompreem os respectivos Fundos em montante equivalente, no mínimo, ao Valor do Fundo de Despesas, o Valor do Fundo de Liquidez e o Valor do Fundo de Obras somados, conforme definido nos Documentos da Operação; (x) Aprovar, ou não, a ciência para o pagamento das Amortizações Ordinárias, conforme Anexo Cronograma de Pagamentos constante no Termo de Securitização, referente aos meses de setembro a novembro de 2024, mediante cumprimento, pelo Cedente, das condições abaixo estabelecidas, em até 10 (dez) Dias Úteis da data de realização da AGT: (a) Cumprimento integral da Nota de Exigência; (b) Recomposição do Fundo de Liquidez, conforme item (ii), subitem "c" da Ordem do Dia, acrescido de aporte, pelo Cedente, do valor equivalente às próximas 3 (três) parcelas de pagamentos de juros (PMTs); (c) Envio do Relatório de Medição atualizado; e (d) Protocolo de registro perante o Registro Geral de Imóveis competente da Alienação Fiduciária de Imóvel no imóvel rural, a ser apresentado pelo Cedente, para constituição de uma garantia adicional no âmbito da Emissão; (xi) Ratificar, nos termos da AGT 12/12/23, a autorização para que a Securitizadora possa utilizar qualquer recurso disponível no Fundo de Obras para recomposição do Fundo de Liquidez e do Fundo de Despesas, até que Entrega das UFVs sejam realizadas, ambas estejam conectadas à rede e comercializando energia para a regularização da arrecadação de recursos, no limite máximo de até as próximas 06 (seis) parcelas de remuneração mensal dos CRI; (xii) Ratificar, nos termos da AGT 12/12/23, a autorização para a análise de propostas e contratação de prestação de serviço de terceiros independentes especializados para assessorar os Titulares dos CRI; (i) na auditoria sobre a medição das obras das UFVs, (ii) na consultoria jurídica relacionada à reestruturação da operação, e (iii) em qualquer medida relacionada a eventual cobrança, excussão ou execução de bens, direitos e valores relacionados às garantias e às obrigações garantidas, sempre às expensas do patrimônio separado e com recursos mantidos no Fundo de Obras; e (xiii) Autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens deliberados, bem como aditamento aos Documentos da Operação que forem necessários. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assembleias@bolivetrans.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI SUSTEN", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração e os poderes específicos de representação na AGT. Encotram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), bem como, no endereço da Securitizadora, os documentos necessários para a realização da AGT, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 21 de agosto de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

PESQUISA ATLAS

Nunes tem 40,9% e Boulos, 36,8% em eventual 2º turno

VINICIUS LOURES/ CÂMARA DOS DEPUTADOS



GABRIEL DE SOUSA/AE

Nova pesquisa AtlasIntel para a Prefeitura de São Paulo divulgada ontem, mostra que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) tem vantagem sobre o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) (foto) em uma eventual disputa de segundo turno. O emedebista aparece com 40,9%, enquanto Boulos tem 36,8%. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

No confronto entre Nunes e Boulos, 4,4% dos eleitores paulistanos não sabem em quem votariam e 18% declaram que votariam em branco ou nulo.

Em comparação com a pesquisa anterior feita pela AtlasIntel, divulgada em 8 de agosto, Boulos teve uma redução de cinco pontos percentuais no embate contra Nunes. O prefeito recuou um ponto percentual dentro da margem de erro de levantamento.

Esta é a primeira pesquisa AtlasIntel divulgada após o registro das candidaturas e depois do início da campanha e da realização dos primeiros três debates entre os principais candidatos a prefeito de São Paulo. O levantamento escutou 1.803 paulistanos de 16 anos ou mais entre os 15 e 20 de agosto e tem índice de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número SP-02504/2024.

O levantamento mostrou que Boulos lidera as intenções de voto com 28,5%. Nunes, por sua vez, tem 21,8%. Em seguida, aparece o ex-coach Pablo Mar-

çal (PRTB), com 16,3%. A deputada federal Tabata Amaral (PSB) tem 12% e o apresentador José Luiz Datena (PSDB), 9,5%.

A economista Marina Helena (Novo) tem 4,3% das intenções de voto dos eleitores paulistanos. Altino (PSTU) aparece com 0,3% e Ricardo Senese (UP), 0,2%. João Pimenta, do PCO, não pontuou. Bebetto Haddad (DC), cuja candidatura foi confirmada no mesmo dia do registro da pesquisa, não foi incluído como opção de voto.

NUNES E TABATA

Em eventual disputa de segundo turno entre Ricardo Nunes e José Luiz Datena, o prefeito teria uma vantagem maior sobre o adversário. O candidato à reeleição aparece com 40,8%, enquanto o tucano tem 28,7%. Brancos e nulos somam 27,2% e outros 3,3% não sabem.

O único cenário onde Nunes não aparece com vantagem é no embate com Tabata Amaral. A parlamentar registra 38,8% da preferência dos eleitores na sondagem, enquanto o prefeito tem 38,5%. A diferença de 0,3 ponto percentual está dentro da margem de erro, o que configura um empate. Brancos e nulos somam 20,6% e 2% não sabem em quem votariam.

A vantagem de Tabata era maior na pesquisa anterior. A deputada aparecia com 43% da preferência e teve uma redução de quatro pontos percentuais. Nunes teve uma oscilação positiva dentro da margem de erro, passando de 38% para 39%.

BOULOS

Em um cenário de segundo turno entre Boulos e Pablo Marçal, o deputado do PSOL teria

38,4% das intenções de voto, enquanto Marçal, 35,4%. Brancos e nulos somam 24,2%, e 2% dos eleitores paulistanos não sabem.

Comparado com a pesquisa de 8 de agosto, Boulos caiu seis pontos percentuais no cenário contra o ex-coach. Marçal, por sua vez, manteve as intenções de voto em 35%.

Nos dois primeiros debates realizados entre a publicação dos levantamentos, Marçal e Boulos protagonizaram embates acalorados, como no encontro realizado pelo Estadão, em parceria com o portal Terra e a Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), no último dia 14.

Em um eventual segundo turno entre Boulos e Datena, a vantagem do deputado do PSOL é maior. Boulos registra 35,6% das intenções, enquanto o apresentador de televisão aparece com 27,5% na sondagem. Outros 34,4% votariam em branco ou nulo e 2,5% não sabem qual candidato escolheriam.

Se o segundo turno fosse entre Boulos e Tabata, o deputado teria uma ligeira vantagem dentro da margem de erro. O candidato do PSOL aparece com 29,8% das intenções, enquanto a deputada registra 29,1%. O cenário de confronto entre os dois tem o maior porcentual de brancos e nulos: 38,3%. Outros 2,7% não sabem em quem votariam.

Apesar da vantagem numérica, Boulos caiu oito pontos percentuais no cenário de segundo turno contra Tabata Amaral. A deputada do PSB, por sua vez, cresceu dois pontos, se aproximando do deputado do PSOL.

Boulos é preferido entre mulheres e ateus, Nunes, entre homens e católicos

KARINA FERREIRA/AE

Segundo as intenções de voto do eleitor paulistano divulgadas pela pesquisa AtlasIntel ontem, o primeiro colocado em intenções de voto, Guilherme Boulos (PSOL), que lidera com 28,5% de menções, também é o preferido entre o eleitorado feminino - 33,7% das mulheres pretendem votar nele, frente a 20,2% que votariam em Ricardo Nunes (MDB).

O atual prefeito é o candidato preferido entre os homens: 23,9% dizem votar nele, enquanto outros 22,1% votariam em Boulos. Em terceiro lugar no eleitorado masculino aparece o empresário Pablo Marçal (PRTB), com 18,9% das intenções de voto.

Entre os grupos religiosos, Boulos tem maior apoio entre aqueles que se dizem ateus ou agnósticos (49,7%) e entre os

que declaram ter outra religião (35,4%) para além das opções apresentadas - católica, evangélica ou o ateísmo. Nunes pontua melhor entre os católicos, com 26,6%, tecnicamente empatado com Boulos, que tem 26,1% dos votos desse eleitorado. Já o eleitor evangélico prefere Marçal: são 36,8% de intenção de voto no ex-coach, ante 23% em Nunes e 17,7% em Boulos.

Em questão de escolaridade, o eleitor que estudou o ensino fundamental prefere o atual prefeito, com 43,9%, segmento em que ele acumula o maior índice de intenções de voto. Nessa fatia do eleitorado, Marçal é o segundo colocado, com 17,6% e Boulos com 14%.

O psolista é o preferido entre os que concluíram o ensino médio (31,8%), lista em que segue Marçal, com 19,8% e Nunes, com 18,8%; e o ensino superior (33,4%), seguido pela de-

putada federal Tabata Amaral (PSB), com 17,2%, e Nunes, com 13,3%.

O deputado federal tem mais intenção de voto entre os mais velhos, com idade entre 60 e 100 anos, com 39,2% das intenções de voto. Entre os mais novos, de 16 a 24 anos, o psolista pontua 38,2%. Nunes conquista fatias maiores entre o eleitor de 25 a 34 anos, com 29,7% de menções, ante 15% de Boulos.

Nos segmentos que dizem respeito à renda familiar do eleitor, bem como se ele é contempleado ou não pelo programa Bolsa Família, Boulos vai melhor entre os que recebem salários entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil, com 37,1% de intenção de voto. Nunes é o preferido daqueles que recebem até R\$ 2 mil, com 40,1% de menções desse eleitorado.

Entre os bolsistas do programa federal de transmissão de

renda, Nunes recebe mais votos, com 35,4% dos beneficiários, seguido do apresentador de TV José Luiz Datena (PSDB), com 21,4%, e Boulos com 19,3%. Em comparação com quem não recebe Bolsa Família, Boulos é o principal candidato, com 31,1%, e em segundo lugar ficam empatados Nunes, com 18,8%, e Marçal 18,6% - a margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais.

Esta é a primeira pesquisa AtlasIntel divulgada após o registro das candidaturas e depois do início da campanha e da realização dos primeiros debates entre os principais candidatos a prefeito de São Paulo. O levantamento escutou 1.803 paulistanos de 16 anos ou mais entre os 15 e 20 de agosto. O índice de confiança é de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número SP-02504/2024.

DIRETÓRIO

PSDB expulsa ex-presidente que se opõe à candidatura de Datena

GUILHERME NALDIS/AE

O Diretório Nacional do PSDB decidiu ontem, expulsar o ex-presidente da legenda no município de São Paulo, Fernando Alfredo. Ele esteve à frente do diretório municipal do partido até 2023, quando foi substituído pelo atual candidato a vice-prefeito na chapa tuicana, José Anibal. Os dois vem travando combates desde que a legenda oficializou José Luiz Datena como candidato à prefeitura da cidade.

Segundo o partido, o estopim

da expulsão foi o pedido de impugnação da candidatura de Datena feito por Alfredo. De acordo com o delegado nacional do PSDB, Gustavo Kanfer, Alfredo violou "a ética, a disciplina e a fidelidade partidária, e também pelo cometimento de infrações eleitorais, como propagar desinformação com o objetivo de tumultuar os trabalhos do partido".

Alfredo declarou ao Estadão que pretende judicializar a expulsão e voltar ao partido. Ele alega que a decisão da Executiva Nacional não seguiu o regimen-

to interno da sigla - o que, segundo ele, abre espaço não só para seu retorno, como para a aplicação de processos disciplinares contra os autores da decisão.

O ex-presidente do diretório municipal do PSDB prometeu protocolar novos pedidos de impugnação da candidatura de Datena. "Ainda vivo, mesmo apeado de qualquer função partidária, continuarei a pregar no deserto, lutando pela democracia dentro e fora do partido", declarou Alfredo em nota.

O agora ex-tucano esteve à frente da manifestação na porta

da convenção partidária que confirmou a candidatura de Datena. Por isso, o conselho de ética do partido retomou representações antigas contra Alfredo e abriu novos processos disciplinares, diante de sua oposição às decisões da executiva nacional.

Tucanos a par do litígio disseram ao Estadão que a decisão de expulsar Alfredo foi tomada em uma reunião da Executiva marcada às pressas. Segundo essas fontes, o encontro foi convocado por José Luiz Datena assim que ele soube do pedido de impugnação.

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Poderes assinam pacto sobre transformação ecológica

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Para alinhar ações de proteção ambiental, em meio ao agravamento das mudanças climáticas, os chefes dos Três Poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário - assinaram ontem, em Brasília, o Pacto do Estado Brasileiro sobre Transformação Ecológica. O evento reuniu, no Palácio do Planalto, o presidente da Luiz Inácio Lula da Silva (foto), e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco; da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal, e autoridades.

Os objetivos do pacto, considerado uma iniciativa inédita entre os Poderes, incluem ações para mudar os paradigmas econômicos, tecnológicos, sociais e culturais do país, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade ecológica, a proteção dos direitos de crianças e das futuras gerações, a resiliência a eventos extremos e justiça social, ambiental e climática.

"O pacto que estamos firmando hoje simboliza a determinação de cada um de nós com os maiores desafios do nosso tempo, com a profundidade e a urgência que a crise climática exige", afirmou Lula, destacando que a união dos Três Poderes em torno de uma agenda comum também marca a "força e a maturidade" da democracia brasileira.

"Juntar os Três Poderes aqui hoje demonstra com muita clareza que o Brasil voltou à normalidade civilizatória", enfatizou Lula, salientando que o Brasil é o protagonista mundial nessa agenda.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, celebrou o fato das instituições brasileiras superarem o "negacionismo" sobre o problema da emergência climática, que, apesar disso, ainda se mantém em setores da sociedade. "Ainda tem muita gente que não acredita que nós temos um problema real afetando a humanidade, apesar da quase totalidade dos cientistas documentarem que é a atuação do homem na Terra que está produzindo esta consequência".

"Não existem soluções locais para esse problema. As soluções precisam ser globais", observou

o magistrado. Ainda segundo Barroso, a Suprema Corte vai priorizar ações ambientais e fundiárias em julgamento no tribunal, além de promover um amplo programa de descarbonização na Justiça brasileira.

Em discurso, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, lembrou que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, composta por cientistas do mundo inteiro, aponta que o aquecimento global impactará de forma mais dramática os trópicos, onde está o território bra-

sileiro, "aumentando de forma desproporcional os eventos extremos, afetando gravemente o crescimento econômico, acelerando as desigualdades e a pobreza em todo o mundo".

"É urgente transformar este cenário e, é nesse sentido, que unimos forças para uma transição justa para um novo modelo baseado nas dimensões social, econômica, cultural e ambiental da sustentabilidade", disse.

EIXOS E AÇÕES

As ações previstas no pacto estão divididas em três eixos: ordenamento territorial e fundiário (eixo 1); transição energética (eixo 2) e desenvolvimento sustentável com justiça social, ambiental e climática (eixo 3). Ao todo, o documento enumera 26 medidas e a previsão de instalação de um comitê gestor conjunto, que será responsável pelo acompanhamento da implementação de cada uma das ações.

CONSENSO POLÍTICO

O consenso institucional e político em torno de uma agenda ambiental comum vai facilitar a criação de normas e padrões de conduta sobre o tema, avaliou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. "Com definições transparentes e necessárias, o pacto fortalece a posição do Brasil como líder da segurança ambiental, climática e alimentar, apontando que o desenvolvimento sustentável é a única maneira de garantir a prosperidade e o bem-estar das gerações presentes e futuras. Esta é uma iniciativa corajosa, histórica e fruto de alinhamento fundado no espírito público e na responsabilidade com as gerações futuras", disse.

LAVA JATO

Mendonça dá mais 30 dias para renegociação de acordos de leniência

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e deu mais 30 dias para autoridades e empresas concluírem a renegociação dos acordos de leniência firmados no âmbito da Operação Lava Jato. Essa é a terceira vez que o prazo é prorrogado.

A AGU disse que a greve dos servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) dificultou o desfecho das negociações. Em julho, o órgão alegou que já havia consenso com as empresas em relação aos principais pontos que envolvem os acordos de leniência e que faltavam, apenas, concluir as discussões sobre o cronograma de pagamento das dívidas remanescentes e sobre os correspondentes clausulados. Ainda restam divergências quanto a

estes pontos.

Mendonça é o relator de ação proposta pelo Psol, pelo PCdoB e pelo Solidariedade que questiona os acordos de leniência firmados antes da formalização do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), em 2020, que sistematiza regras para o procedimento. As legendas ainda apontam um "estado de coisas inconstitucional" na Lava Jato e alegam uma suposta atuação abusiva do Ministério Público Federal (MPF) nas negociações.

A primeira audiência de conciliação foi conduzida por Mendonça em fevereiro, com representantes da Procuradoria-Geral da República (PGR), da AGU, da Controladoria-Geral da União (CGU) e de empresas que participaram dos acordos. As empresas que participam das tratativas são a J&F, Novonor, Camargo Corréa, UTC, Nova Engevix, Petrosbras e Braskem.

CÂMARA

Líder da oposição será relator de PEC das decisões monocráticas

VICTOR OHANA E IANDER PORCELLA/AE

O deputado federal Filipe Barros (PL-PR), líder da oposição na Câmara, informou que foi designado relator da Proposta de Emenda à Constituição que restringe os casos passíveis de decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em postagem na rede social X nesta quarta-feira, Barros disse que relatará a matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, após decisão da presidente do colegiado, a deputada Caroline de Toni (PL-SC). A publicação foi repostada pela própria parlamentar.

"Fui designado relator da PEC 8/2021 (das decisões monocráticas do STF) pela presidente da CCJ, @CarolDeToni. Trataremos a matéria com a seriedade e sobriedade que o

tema exige", escreveu o deputado bolsonarista.

De autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), a proposta foi aprovada no ano passado no Senado e estava na gaveta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), desde dezembro.

O texto foi despachado por Lira à CCJ em 14 de agosto, data em que o ministro Flávio Dino, do STF, decidiu suspender a execução de todas as emendas parlamentares impositivas.

A PEC veda as decisões monocráticas de ministros que suspendam eficácia de leis e atos dos presidentes da República, do Senado e da Câmara, exceto durante o recesso do Judiciário em casos de grave urgência ou perigo de dano irreparável.

Nessas hipóteses, as decisões precisarão passar pelo colegiado dos tribunais em até 30 dias após o fim do recesso.

AMAZONAS

CNJ mira juiz acusado de vender barco e motor de popa apreendidos

PEPITA ORTEGA E FAUSTO MACEDO/AE

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou, por unanimidade, a abertura de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) sobre a conduta do juiz Leoney Figliuolo Harraquian e o oficial de Justiça Luiz Carlos Teles da Silva, ambos do Tribunal de Justiça do Amazonas, ambos sob suspeita de venda de uma embarcação e de um motor de popa de 15 HP, apreendidos nos autos da Ação Penal n. 007/2003.

Até a publicação deste texto, o Estadão buscou contato com o magistrado e o oficial de Justiça, mas sem sucesso. O espaço está aberto para manifestação.

A decisão do CNJ foi tomada nesta terça, 20, durante a 3ª Sessão Extraordinária, após análise de Pedido de Providência.

O procedimento foi instaurado pela Corregedoria Nacional de Justiça após receber ofício da Procuradoria-Geral da União, que solicitava mais informações

sobre a conduta do juiz e do oficial de Justiça.

Segundo informações do CNJ, a suspeita é de que o magistrado teria ficado com a embarcação, contando com ajuda do oficial de Justiça. "Após realizadas apurações de autoridade local constatou-se que o magistrado, com auxílio do oficial de Justiça, teria guardado a embarcação em local privado e depois vendido o veículo, sem autorização legal, permanecendo em posse com o produto da venda", afirmou o corregedor, ministro Luis Felipe Salomão, ao defender a abertura do Procedimento Administrativo Disciplinar.

Salomão deixou a Corregedoria na sessão desta terça, 20, após dois anos de intensa atividade na função. Ele vai assumir a vice-presidência do Superior Tribunal de Justiça.

Na sessão plenária desta terça, o ministro não foi favorável à celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sugerida pela defesa do juiz e do oficial.

STF

Orçamento secreto: Dino envia à PGR lista de irregularidades

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou ontem à Procuradoria-Geral da República (PGR) uma lista de processos do Tribunal de Contas da União (TCU) com possíveis irregularidades nas emendas parlamentares RP9 (emendas de relator do orçamento), chamadas de "orçamento secreto".

A lista tem 21 procedimentos e foi enviada ao Supremo pelo TCU após solicitação do ministro. Com a decisão, a procuradoria poderá tomar as medidas que achar cabíveis, incluindo a aber-

tura de investigação.

A decisão de Dino foi tomada após uma reunião de conciliação com representantes do Congresso, governo federal e do TCU.

Os órgãos fazem parte de uma comissão criada para dar cumprimento à decisão do Supremo que considerou inconstitucional o "orçamento secreto" e determinou a adoção de medidas de rastreabilidade e transparência dos repasses a deputados e senadores.

Na reunião, os representantes do Executivo federal sugeriram que todo o sistema de pagamento de emendas seja migrado para a plataforma Transfere.gov. A me-

didada vai permitir que o TCU e a Controladoria-Geral da União (CGU) possam acessar os dados financeiros em tempo real.

Em dezembro de 2022, o STF entendeu que as emendas chamadas de RP9 são inconstitucionais. Após a decisão, o Congresso Nacional aprovou uma resolução que mudou as regras de distribuição de recursos por emendas de relator para cumprir a determinação da Corte. No entanto, o PSOL, partido que entrou com a ação contas as emendas, apontou que a decisão continua em descumprimento.

Após a aposentadoria da mi-

nistra Rosa Weber, relatora original do caso, Flávio Dino assumiu a condução do caso.

No dia 1º deste mês, Dino determinou que as emendas RP9 devem seguir critérios de rastreabilidade. O ministro também mandou a Controladoria-Geral da União (CGU) auditar os repasses realizados pelos parlamentares por meio das emendas do "orçamento secreto".

A decisão foi tomada após o ministro concluir que o Congresso não estava cumprindo a decisão da Corte que determinou a transparência na liberação desses tipos de emendas.

FAMÍLIAS

Nova regra para herança e divórcio pode diminuir custos em mais de 50%

GIOVANNA CASTRO/AE

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou na terça-feira passada, que inventários, partilhas de bens e divórcios podem ser feitos em cartório mesmo quando há menores de idade e pessoas incapazes no processo - desde 2007, esses trâmites já podiam ocorrer sem passar pela Justiça, desde que não envolvessem menores e incapazes. A nova regra implica em uma possível redução no tempo e no custo desses processos. Em alguns casos, a economia pode ser superior a 50%.

◆ De acordo com a advogada especialista em Direito da Famí-

lia Marina Dinamarco, sócia e fundadora do escritório que leva seu nome, considerando a tabela de valores do ano de 2024 para custas de cartório e de Justiça de São Paulo (os valores podem mudar de Estado para Estado), a formalização de uma partilha de bens avaliados em R\$ 5 milhões teria um custo de cerca de R\$ 106 mil via Justiça e R\$ 37 mil via cartório. Isso sem considerar honorários advocatícios e impostos de transmissão de bens.

Flávia Andrade, sócia do TozziniFreire Advogados e responsável pela área de sucessão patrimonial do escritório, aponta que o valor dos honorários advocatícios tende a ser menor nos

processos via cartório por levarem menos tempo. "Não dá para afirmar que vai ser mais barato e rápido o processo via cartório, pois depende da complexidade do caso e das taxas aplicadas em cada Estado. Mas, eu diria que a probabilidade (de ser menos custoso e demorado pelo cartório) é bem grande."

O estudo "Cartório em Números", do Colégio Notarial do Brasil (CNB/CF), mostra que, desde que a regra foi aprovada para maiores de idade e pessoas capazes de responderem por si próprias, em 2007, o tempo médio para a emissão de divórcios em casos de comum acordo caiu de um ano para um

dia. Já processos de inventários que levavam até 15 anos na Justiça passaram a ser feitos em cerca de 15 dias.

"Trata-se de uma decisão muito importante para a sociedade brasileira e para o cidadão, principalmente (...) Um procedimento extremamente ágil e desburocratizado em relação ao processo judicial, com economia aos cofres públicos e desobstrução do Judiciário", afirma Giselle Oliveira de Barros, presidente do Colégio Notarial do Brasil. As escrituras públicas de inventários, divórcios e partilhas podem ser feitas de forma online pela plataforma e-Notariado.

**PROTESTO**

Estudantes voltam a ocupar prédio principal da Uerj

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

Estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) voltam a ocupar o Pavilhão João Lyra Filho, prédio principal do campus Maracanã. Eles protestam contra mudanças nas regras para a concessão de bolsas e auxílios de assistência estudantil que excluem mais de 1 mil estudantes de benefícios. As atividades acadêmicas e administrativas no Pavilhão foram suspensas ontem.

A ocupação do edifício ocorreu na noite desta terça-feira passada. No último dia 14, os estudantes já haviam ocupado o Pavilhão e a ação acabou em confronto com seguranças e servidores da universidade. O grupo acabou recuando, mas agora voltou a ocupar o edifício.

Para a Uerj, a ocupação é inaceitável. "A reitoria entende como inaceitável e descabido o sequestro de um prédio público, com claros e imediatos prejuízos a toda comunidade acadêmica, por um grupo que já deu todas as provas de não querer negociar", diz a universidade em nota.

A Uerj acrescenta que os manifestantes já haviam usado de violência, chegando a suspender uma sessão do Conselho Universitário.

"Eles invadiram o plenário, chegando à Secretaria dos Conselhos e tentando impedir a saída dos conselheiros, fazendo uso do mesmo expediente do 'cordão humano'. O gesto inaceitável, por cercear o direito de ir e vir dos participantes, deixou pessoas feridas - um conselheiro e um membro da equipe da Reitoria -, que registraram boletins de ocorrência sobre o fato."

A universidade apela pelo fim do movimento: "A reitoria espera que a razão prevaleça e o movimento recue na posição de sequestrar os espaços que não pertencem exclusivamente a ele mas a toda a comunidade uerjiana, composta por 35 mil alunos, 3 mil docentes e quase 6 mil servidores técnicos administrativos".

Os estudantes negam que tenham havido qualquer início de violência por parte deles e dizem ainda que durante a sessão do Conselho Universitário respeitaram as falas dos presentes. Segundo os alunos, um professor chegou a agredir um aluno e o estudante fez também um boletim de ocorrência. O movimento diz ainda que a reitoria não entrou em para que houvesse uma negociação e que a última reunião com a reitoria, enquanto ocupação, ocorreu no dia 6 de agosto.

MANIFESTAÇÃO

Os estudantes ocupam a reitoria da Uerj há três semanas. Eles pedem a revogação do Ato Executivo de Decisão Administrativa (Aeda) 038/2024, que estabelece, entre outras medidas, que o auxílio alimentação passará a ser pago apenas a estudantes cujos cursos tenham sede em *campi* que ainda não têm restaurante universitário. O valor do auxílio alimentação será de R\$ 300, pago em cotas mensais, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Além disso, o ato estabelece, como limite para o recebimento de auxílios e Bolsa de Apoio a Vulnerabilidade Social, ter renda familiar bruta, por pessoa, igual ou inferior a meio salário mínimo vigente, no momento da concessão da bolsa. Atualmente, esse valor é equivalente a até R\$ 706. Para receber auxílios, a renda precisa ser comprovada por meio do Sistema de Avaliação Socioeconômica (ASE).

As novas regras, segundo a Uerj, excluem 1,2 mil estudantes, que deixam de se enquadrar nas exigências para recebimento de bolsas.

Entre as razões pelas quais as regras foram modificadas está a falta de orçamento. Os estudantes pedem que a reitoria se empenhe em conseguir recursos e que priorize a assistência estudantil. "Nós não somos inimigos, mas a reitoria está nos tratando com se fôssemos."

SEM CONCURSO

Educação: RJ obtém vitória que garante contratação temporária

O Governo do Estado obteve uma importante vitória na Justiça que garante a contratação de profissionais por tempo determinado para o exercício do magistério, ensino técnico e demais funções de apoio pela área de Educação. A decisão acolhe os argumentos da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-RJ) em relação à Lei Estadual 10.363/24, que prevê a medida. A legislação alcança as secretarias de Educação e de Ciência e Tecnologia, além de suas vinculadas.

O desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), indeferiu o pedido liminar feito pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) em ação contra a norma estadual que assegura as contratações temporárias.

Além de reconhecer a constitucionalidade da lei, o magistrado acrescentou ainda, em sua decisão, que a iniciativa é importante para o Estado do Rio. Considerou que, se a liminar fosse deferida, haveria risco de "prejuízo ao serviço essencial de educação". Após o indeferimento do pedido liminar, o processo

prosseguirá para julgamento de mérito pelo Órgão Especial do TJRJ.

A Lei Estadual 10.363/24 foi fruto de estudos desenvolvidos por grupo de trabalho da PGE-RJ. A elaboração do projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, foi feita de acordo com precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF). A legislação considera as hipóteses específicas que autorizam o poder público para contratação temporária de professores, entre elas a necessidade de atendimento de situações urgentes decorrentes de decisão judicial.

MAIS DE 4 MIL

Para solucionar a carência de professores na rede estadual, em julho de 2024 o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizou a contratação de 4.293 professores temporários para atender os anos iniciais e finais dos ensinos Fundamental e Médio, nos anos letivos de 2024 e 2025.

Esses profissionais vão suprir as carências por afastamentos temporários, como tratamentos de saúde, gestação, estudos e demais licenças. A medida segue as regras do Regime de Recuperação Fiscal.

VENEZUELA

Oposição não reconhece perícia da Justiça sobre eleição

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A oposição venezuelana reunida na Plataforma Unitária - coalizão que apoiou o candidato Edmundo González - informou ontem que não reconhece a competência da Sala Eleitoral do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) do país para resolver o impasse sobre a eleição presidencial de 28 de julho.

"A Sala Eleitoral do TSJ não pode atribuir-se as funções e faculdades do órgão eleitoral porque não lhes competem", diz o comunicado, acrescentando que o Supremo estaria violando a "separação dos Poderes (o Poder Judiciário) e "invadindo o exclusivo dever do Conselho Nacional Eleitoral (CNE)".

O comunicado da oposição é divulgado enquanto aguarda-se a sentença definitiva sobre a eleição do dia 28 de julho, que deve ser emitida nos próximos dias pelo Supremo venezuelano.

O comunicado da oposição acrescentou que seria "ineficaz e nula toda eventual sentença da Sala Eleitoral que possa validar a fraude eleitoral" e diz que, com isso, os magistrados do TSJ

estariam "violando os direitos inalienáveis dos eleitorais e incorreriam em responsabilidade penal, civil e administrativa".

Ainda segundo o comunicado, assinado por Edmundo González, María Corina Machado e pela Plataforma Unitária, o CNE deve publicar as atas de escrutínios dos votos e reafirma que o vencedor da eleição foi Edmundo González, contrariando a proclamação do CNE que deu a reeleição à Nicolás Maduro.

Além disso, agradecem aos "países do mundo que têm expressado a necessidade de uma auditoria internacional independente e confiável das atas, na sede do CNE e com presença dos representantes das forças políticas".

PERÍCIA TSJ

No domingo passado, magistrados do TSJ foram até o CNE para verificar se as atas entregues pelo Poder Eleitoral são as mesmas que estão na base de dados de totalização dos votos.

Além disso, o tribunal informou que já foram analisadas mais de 60% das atas com a presença de observadores nacionais e internacionais, entre eles, o Conselho de Especialistas

Eleitorais da América Latina (Ceela) e o Observatório do Pensamento Estratégico para a Integração Regional.

Por outro lado, partidos de oposição reclamam que não foram convocados para participar da perícia e não sabem como ela tem sido realizada. O candidato Enrique Márquez, ao sair do TSJ na terça-feira passada, informou à imprensa que não conheceu o processo.

"Se o CNE não tem nada o que ocupar, se o TSJ não tem nada o que ocultar, se o governo não tem nada que ocultar, porque não permitem que os partidos e os candidatos observem e testemunhem o que está ocorrendo nessa perícia", questionou.

IMPASSE

O presidente Nicolás Maduro apresentou recurso à Sala Eleitoral do TSJ com base no artigo 297 da Constituição do país, que diz que os contenciosos eleitorais devem ser resolvidos por essa Sala. Porém, a oposição diz que isso só poderia ocorrer, em último caso, após o CNE cumprir seu papel e divulgar os dados detalhados da votação.

Após o CNE proclamar Ma-

duro vitorioso na votação presidencial, a oposição acusou o Poder Eleitoral de fraudar o resultado. Países, como o Brasil, e organismos internacionais têm cobrado a publicação dos dados por mesa de votação para que se possam verificar os resultados.

Por sua vez, o CNE afirma que tem sido alvo de sistemáticos ataques cibernéticos que tem prejudicado o trabalho da instituição e o governo venezuelano acusa os Estados Unidos de promoverem, junto com Edmundo e Corina, um golpe de Estado no país. A oposição diz ter publicado na internet as atas eleitorais que confirmam a eleição de Edmundo. Já o governo acusa a oposição de falsificar as atas e uma investigação penal foi aberta contra os responsáveis pela página que publicou os documentos na internet.

Após iniciada a investigação no TSJ, a oposição se negou a apresentar seus documentos eleitorais à Corte. Maduro questionou a oposição por não apresentar seus documentos. "A Sala Eleitoral [do TSJ] ia pedir a todos os partidos políticos todas as informações necessárias e eles se apresentaram com as mãos vazias", disse o presidente.

ELEIÇÕES EUA

Com Michelle e Obama, convenção Democrata foca no futuro

ISABEL GOMES E JÉSSICA PETROVNA/AE

A segunda noite de Convenção Nacional do Partido Democrata mirou no futuro, representado na figura de Kamala Harris (foto), depois de despedida de Joe Biden. O escolhido para marcar essa transição foi o ex-presidente Barack Obama, destaques desta terça-feira, no United Center, em Chicago.

Obama elogiou Joe Biden por colocar a ambição pessoal de lado e buscar o melhor para o país, interrompido pelos gritos de "obrigada Joe", da plateia. "Agora, a tocha foi passada e cabe a todos nós lutar pela América que queremos. E não se enganem, vai ter luta", declarou Barack Obama, sinalizando que a disputa será difícil, em meio à empolgação que tomou conta do partido após a substituição de Biden por Kamala.

"Apesar de toda a incrível energia que conseguimos gerar nas últimas semanas, de todos os comícios e memes, essa ainda será uma disputa acirrada em um país muito dividido", alertou. Quando criticou Donald Trump e ouviu vaias como resposta da plateia, ele reforçou: "não vaie, vote".

"Não precisamos de mais quatro anos de arrogância, trapalhadas e caos, já vimos esse filme antes e todos sabemos que a sequência geralmente é pior", disse Obama, referindo-se a Trump. "A América está pronta para um novo capítulo. A América está pronta para uma história melhor".

Antes dele, Michelle Obama subiu ao palco ovacionada pela multidão. "Alguma coisa incrivelmente mágica está no ar. O poder contagiado da esperança", disse. Ela enalteceu os valores e a trajetória de Kamala Harris, como uma mulher de classe média, filha de imigrantes que chegou à vice-presidência dos Estados Unidos.

Logo, voltou à carga para Donald Trump. "Por anos, Trump fez tudo o que estava ao seu alcance para tentar fazer as pessoas terem medo de nós. Sua visão limitada e estreita do mundo o fez se sentir ameaçado pela existência de duas pessoas trabalhadoras, altamente educadas e bem-sucedidas que por



WIKIPÉDIA

acaso são negras", disse.

"Quem vai dizer a ele que o emprego que ele está buscando atualmente pode ser um desses empregos para negros?", seguiu, referindo-se à polêmica declaração do republicano na mesma entrevista com jornalistas negro em que questionou a identidade racial de Kamala Harris.

FUTURO DO PARTIDO

Sob o lema "Uma Visão Ousada para o Futuro da América", os democratas repetiram ao longo dos discursos e vídeos institucionais que o país não pode retroceder. Ideia que contrasta com o lema republicano de "Fazer a América Grande de Novo".

Enquanto discursava em Milwaukee, Kamala mandou um recado ao vivo, exibido na Convenção. Ela disse que estava honrada com a nomeação depois da animada votação simbólica dos delegados democratas (entenda abaixo) e prometeu traçar o caminho para um futuro de "liberdade otimismo e fé".

Jack Schlossberg, que é neto do ex-presidente John F. Kennedy - e primo do candidato independente à Casa Branca Robert F. Kennedy Jr - disse que Kamala Harris representa a nova geração, comparando-a ao avô. "Assim como o presidente Kennedy, Kamala Harris dedicou sua vida ao serviço público. Ela acredita na América, como meu avô acreditava", disse.

O líder da maioria democrata no Senado Chuck Schumer enfatizou a importância da escolha que os americanos vão enfrentar nas eleições e disse que Kamala levará a "América para um

futuro mais brilhante", mas destacou que, para isso, vai precisar de maioria no Senado.

"Dois anos atrás, pessimistas disseram que os democratas do Senado não teriam chance nas eleições de meio de mandato. Eu disse a eles, esperem só", declarou. "Vamos conseguir o Senado novamente, e estamos prontos para ganhar cadeiras."

Schumer também recordou seu tempo trabalhando com Kamala Harris quando ela ainda era senadora, exaltando-a como corajosa e dedicada às famílias de classe média, parcela da sociedade que deve ser decisiva nas eleições. Ele descreveu Kamala como uma líder focada em temas importantes para o cotidiano, como ajudar os pais a criar seus filhos, garantir bairros e escolas seguras, e construir uma economia com oportunidades para todos.

"Nossos filhos, nossos netos, não importa sua raça, não importa seu credo, seu gênero ou família, merecem algo melhor do que a carnificina americana de Donald Trump", disse ao encerrar sua fala.

O progressista Bernie Sanders também destacou o lado social ao elogiar o governo Biden-Kamala por iniciativas adotadas durante a pandemia. Seguindo a cartilha tradicional dos seus discursos ele defendeu a expansão do Medicare (programa de saúde destinado aos idosos) e o aumento do salário mínimo.

Mas foi ao falar da guerra na Faixa de Gaza que foi mais aplaudido. "Devemos acabar com essa horrível guerra em Gaza", disse. "Trazer os reféns de

volta para casa e exigir o cessar-fogo imediato."

APOIADORES DE TRUMP

Circulando na plateia e tirando selfies, estava Michael Cohen, que foi de advogado pessoal a crítico ferrenho de Donald Trump e inimigo nos tribunais. Outra antiga aliada foi além e subiu no palco do United Center para declarar voto em Kamala Harris. Era Stephanie Grisham, que atuou como Secretária de Imprensa de Trump e chefe de gabinete da primeira-dama Melania.

Em discurso duro, ela falou sobre a proximidade que teve com Trump ao descrevê-lo como uma pessoa sem empatia e sem moral. "Não era apenas apoiadora. Era uma verdadeira fiel. Eu era uma de suas conselheiras mais próximas. A família Trump se tornou a minha família. Eu passei a Páscoa, o Dia de Ação de Graças, o Natal e o Ano Novo em Mar-a-Lago. Eu o vi quando as câmeras estavam desligadas. As portas fechadas, Trump zomba de seus apoiadores", disse.

Stephanie seguiu o discurso relembrando a sua renúncia logo após o ataque ao Capitólio. "No dia 6 de janeiro, eu perguntei à Melania se poderíamos pelo menos tuitar que, embora o protesto pacífico seja o direito de todo americano, não há lugar para ilegalidade ou violência. Ela respondeu com uma palavra, não", relatou.

Naquele momento, ela trabalhava para a primeira-dama. Antes disso, havia deixado o posto de Secretária de Imprensa sem nunca ter feito um briefing com jornalistas. "É porque, ao contrário do meu chefe, eu nunca quis ficar naquele pódio e mentir", disse em alusão às críticas que enfrentou na época. E concluiu declarando voto em Kamala: "Agora aqui estou eu, atrás de um pódio, defendendo uma democrata".

A presença de Stephanie é parte da tentativa de atrair republicanos mais resistentes à Donald Trump. A estratégia contou também alguns poucos políticos menos expressivos do partido adversário, como John Giles, prefeito de Mesa, do Arizona, e eleitores comuns como Kyle Sweetser, também do Arizona.